

PFL propõe CPMF de 0,15%

GAZETA MERCANTIL

por Sandra Nascimento
de Brasília

Redução de alíquota de 0,25%, isenção de pequenos poupadores, trabalhadores que ganham até três salários mínimos e Santa Casas de Misericórdia. Essas serão uma das propostas que o ministro da Saúde, Adib Jatene, irá ouvir da bancada do PFL hoje, num encontro na Câmara marcado para discutir a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A alíquota que deve ser proposta é de 0,15%. A liderança do governo planeja colocar a emenda em votação na próxima quarta-feira, dia 10.

A estratégia do governo, segundo fontes de primeiro escalão do Executivo, é aprovar a emenda o mais rápido possível e adiar ao



Inocêncio de Oliveira

máximo o envio da lei complementar que irá regulamentar o novo imposto, podendo, nesse período, até mesmo discutir novas alternativas.

O PFL é o partido da base de apoio ao governo que mais se opõe ao novo imposto e, a pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso, está tentando encontrar alternativas. Todas elas passam por isenções.

Além dos pequenos assalariados, poupadores e Santa Casas, parte do partido também defende a inclusão dos microempresários e aposentados na lista.

"Sem o PFL a emenda não passa. O ministro Jatene disse que aceita negociar, está negociando tudo", disse o líder pefelista, deputado Inocêncio de Oliveira (PE). A bancada,

que já havia ameaçado fechar questão contra a CPMF, voltou atrás diante da possibilidade de se isentar alguns segmentos da sociedade.

Segundo Inocêncio, com a retirada dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, a Saúde deixaria de arrecadar cerca de R\$ 350 milhões, de um total estimado em R\$ 6 bilhões. O partido não tem ainda uma alíquota ideal, que poderá ser de 0,15%. "Para mim, se for possível, o ideal é zero, mas como precisa de ter uma alíquota, vamos tentar reduzi-la ao máximo", disse o líder.

Dentro do PPB também há muitas resistências, quer sejam de ordem programática – o partido é da linha liberal – ou exclusivamente por divergências políticas entre dois antigos aliados, o ministro Jatene e o atual prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Os dois não falam a mesma língua desde que Maluf decidiu implantar um programa de saúde próprio em seu município.